

FACULDADE DO RECIFE - FAREC
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

2015

APRESENTAÇÃO

Este relatório descreve as ações promovidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) desta Instituição de Educação Superior (IES), que constam na proposta de avaliação interna encaminhada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compreendendo o período de 2015.

DIMITRI RAMOS DE BARROS – Membro CPA
IGOR FONTES CADENA – Coordenador CPA
JAMERSON DA SILVA LIMA - Membro CPA
PAULO HENRIQUE SABINO LIMA DA SILVA – Membro CPA
SABRINA GOMES SANTOS DE LACERDA – Membro CPA

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO**
- 2 IDENTIFICAÇÃO**
 - a) Dados da Mantenedora**
 - b) Dados da Mantida**
 - I Dirigente**
 - II Contextualização da Instituição**
- 3 DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**
- 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.**
 - a) Potencialidades**
 - b) Medidas adotadas pela Instituição em função de sugestões apontadas pela CPA**
 - c) Necessidades (Fragilidades)**
Sugestões para o contínuo aprimoramento institucional
- 5 TABULAÇÃO DOS ITENS AVALIADOS PELOS DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

1 - INTRODUÇÃO

Este documento vincula-se ao **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Com finalidade construtiva e formativa, o SINAES busca ser permanente e envolver toda a comunidade acadêmica, desenvolvendo a cultura de avaliação na IES. Em decorrência desse envolvimento da comunidade como sujeitos da avaliação, todos passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças no patamar de qualidade.

Dentre os princípios e diretrizes fundamentais do SINAES, destacamos os seguintes:

Princípios:

- a - melhoria da qualidade da educação superior;
- b - responsabilidade social; e
- c - orientação da expansão da sua oferta.

Diretrizes:

- a - aumento permanente de sua eficácia institucional;
- b - efetividade acadêmica e social;
- c - promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais;
- d - valorização de sua missão pública;
- e - promoção dos valores democráticos;
- f - respeito à diferença e à diversidade; e
- g - afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

- a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e
- b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES.

A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

A auto-avaliação institucional da Instituição, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada dois anos, avalia todos os indicadores estabelecidos pelo INEP. Os resultados obtidos são utilizados pela FAREC para:

- a - orientar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- b - orientar sua política acadêmica e de gestão; e
- c - desvelar a realidade dos cursos e da própria Instituição.

No entanto, para que a atividade da CPA seja uma constante na tomada de decisão da IES, é indispensável que os dados levantados sejam de fácil visualização e compreensão. É por esse motivo que a complexidade das atividades realizadas e das informações obtidas por esta CPA estão consolidadas esquematicamente pelas 10 Dimensões preestabelecidas pelo SINAES.

2 – IDENTIFICAÇÃO

a) Dados da Mantenedora

Nome: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO
Endereço: Av. Paulista, 900, Bairro Bela Vista – São Paulo/SP - CEP: 01310-100

b) Dados da Mantida Campus 1

Nome: Faculdade do Recife – FAREC
CNPJ – 06.099.229/0049-56
Endereço: Rua Dom Bosco, 1329, Boa Vista, CEP: 50070-070
Fone/Fax: (81) 3231-1299 / 3221-5651

b.1) Dados da Mantida campus 2

Nome: Faculdade do Recife - FAREC
Endereço: Rua do Hospício,362, Boa Vista, CEP 51160-350
Fone/Fax: 08007250045

b.2) Dados da Mantida campus 3

Nome: Faculdade do Recife - FAREC
Endereço: Rua Camilo Collier,136, Cordeiro, CEP 51160-350
Fone/Fax: 08007250045

b.3) Dados da Mantida campus 4

Nome: Faculdade do Recife - FAREC
Endereço: Rua Carlos Porto Carreiro, 80 Boa Vsta, CEP 51160-350
Fone/Fax: 34530051

b.4) Dados da Mantida campus 5

Nome: Faculdade do Recife - FAREC

Endereço: Rua São Miguel, 176 Afogados, CEP 51160-350

Fone/Fax: 34728100

I – Direção - Newton Roberto Gregório Moraes

I.I Direção Local: Ana Paula Valença

I.I.I Direção Adjunta: Henrique Porto Sales

II - Contextualização da Instituição

A **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo/SP, Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, e CNPJ nº 06.099.229/0001-01, é uma entidade mantenedora sem fins lucrativos.

A **Faculdade do Recife – FAREC**, situado na Rua Dom Bosco, 1329, Boa Vista, Recife, PE, oferece os seguintes programas de graduação: **Administração**, reconhecido pela Portaria nº 436/07; **Direito**, autorizado pela Portaria nº 2.169/04; **Comunicação Social com hab. Publicidade e Propaganda**, autorizado pela Portaria nº 3.712/02; **Ciências Contábeis**, autorizado pela Portaria nº 3.711/02; **Turismo**, autorizado pela Portaria nº 3.710/02; **Ciência da Computação**, autorizado pela Portaria nº 961/06; **Fisioterapia**, autorizado pela Portaria nº 968/06; **Enfermagem**, autorizado pela portaria nº 1.689/09, **Educação Física**, autorizado pela portaria nº 1.687/09, **Serviço Social**, autorizado pela portaria nº 1.687/09, **Pedagogia**, autorizado pela Portaria nº 942/06.

CURSO NOVO PREVISTO PARA 2016:

Arquitetura, visita confirmada para o dia 04/04

3 – DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional aprovado pelo MEC, preconiza que a Instituição tem como missão oferecer educação superior, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o auto-conhecimento, com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado e da Região desenvolvendo processos de

ensino e aprendizagem que capacitem os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, de modo a formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de competência.

A implementação do Novo PDI obedeceu na medida do possível ao cronograma de metas nele estabelecidas, de sorte a não comprometer nem a sustentabilidade financeira da Instituição, nem de sua mantenedora.

O cumprimento do cronograma do Novo PDI pautou as ações da IES no que tange à sua expansão geral e reorganização de sua infra-estrutura. Desde a aquisição de toda mobília, recursos pedagógicos, ampliação e atualização do acervo bibliográfico, aquisição de equipamentos e utensílios para os laboratórios de informática, fisioterapia, enfermagem, laboratório específicos para autorização do curso de Arquitetura, a construção do novo núcleo de prática jurídica, mais moderno e com a implantação do PROCON para 2015 e contratação de docentes titulados.

Nesse contexto, a gestão dos cursos implantados está assentada na estrutura organizacional e acadêmica prevista no Regimento aprovado pelo MEC, de acordo com os objetivos contidos nos respectivos Projetos Pedagógicos, de modo que o processo de ensino e aprendizagem esteja respaldado na manutenção da qualidade, como premissa que emana do PDI da Instituição.

A proposta pedagógica dos cursos materializa as políticas para o ensino, a iniciação científica e a extensão, estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

As ações instituições acadêmicas e administrativas são orientadas por atos editados pelos órgãos que compõem a estrutura organizacional, tendo no Conselho Superior o seu expoente máximo.

A composição e as competências, dos órgãos colegiados, de direção e assessoramento e de apoio às atividades acadêmicas e administrativas da Instituição estão definidas no seu Regimento e respaldadas na legislação educacional vigente.

O planejamento semestral das atividades acadêmicas inclui um cronograma a ser cumprido pelos coordenadores de cursos, pelos docentes, e pelos discentes, cujas ações são devidamente documentadas nas rotinas acadêmicas de cada um, conforme material anexado na secretaria a nas coordenações dos cursos específicos.

A IES está comprometida com o ensino de qualidade e com as oportunidades geradas pela demanda local, ou seja, na nossa região a IES verificou a necessidade de solicitação de cursos na área da Arquitetura. Foram solicitadas visitas e a autorização do curso de Arquitetura com visita prevista para o primeiro semestre de 2015. Em 2015 a IES está solicitando a autorização de mais cursos para atender a demanda da nossa região, além do Curso de Arquitetura. As políticas de ensino buscam cumprir o papel da Instituição perante a sociedade, isto é, a adequada preparação de profissionais para o ingresso no mundo de trabalho e a afirmação da sua missão acadêmica e social, por

meio da transferência às comunidades circunvizinhas dos benefícios decorrentes do saber acadêmico, mediante as atividades de extensão e de práticas pedagógicas, que são trabalhadas fortemente na Instituição.

Com o advento da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituindo o SINAES, a Faculdade prontamente adotou os critérios de Auto-avaliação dispostos no referido Diploma Legal, adequando sua estrutura avaliativa aos novos paradigmas apresentados.

A identificação dos pontos positivos e daqueles susceptíveis a mudanças é um marco na história da Instituição. A avaliação institucional é uma oportunidade na busca da excelência na educação. É o instrumento capaz de diagnosticar fielmente o desenvolvimento da Instituição, possibilitando a identificação dos fatores que interferem na persecução dos objetivos traçados nas esferas acadêmica, administrativa e de infra-estrutura.

O processo de auto-avaliação institucional, traçado no PDI, contempla as dimensões do SINAES, desdobrando-se em indicadores específicos na busca de uma avaliação quanto: a qualificação dos agentes envolvidos no ensino-aprendizagem; o estado das instalações e dos equipamentos pedagógicos e científicos; a demanda efetiva dos alunos, o sucesso acadêmico e os mecanismos de apoio social; a inserção dos diplomados no mercado de trabalho, a eficiência de organização e de gestão entre outros.

Os resultados obtidos com a participação do corpo docente, discente e técnico-administrativo foram disponibilizados aos competentes segmentos responsáveis, para apropriação e tomada de decisão quanto às medidas corretivas dos pontos susceptíveis de mudanças.

No que tange aos princípios norteadores da Avaliação Externa, há comprometimento explícito no PDI de obediência à legislação estabelecida pelos órgãos do Ministério da Educação. As informações obtidas com os resultados da avaliação interna e externa são utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar sua política acadêmica e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da própria Instituição.

A CPA (principal agente da primeira etapa da Avaliação Institucional) foi instituída na Faculdade do Recife - FAREC, com o objetivo de promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem, usando a avaliação como agente modificador, sem desconsiderar a sua missão que consiste em investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite seus egressos a atenderem as necessidades do mercado de trabalho e da sociedade, o seu propósito e suas metas, que estabelecem preocupação constante com a formação integral do ser humano com ênfase no exercício pleno da cidadania.

Com o objetivo de obter o reconhecimento de sua qualidade como instituição de ensino superior comprometida com sua missão e políticas institucionais, a IES recebeu

diversas comissões de avaliação externas, designadas pelo INEP, tanto para autorização como o reconhecimento de seus cursos, cumprindo assim as determinações legais da política educacional no que se refere ao ensino superior. Assegurou, dessa forma, ao seu corpo discente a confiança na seriedade da Instituição na formação de profissionais qualificados ao exercício de suas funções e ao exercício pleno da cidadania.

Em cada processo avaliativo, as observações apresentadas pelos avaliadores foram analisadas e quando julgadas procedentes mereceram por parte da Instituição a adoção de medidas saneadoras com o objetivo de adequar-se às recomendações encaminhadas para atingir a qualidade de oferta de ensino superior planejada nos documentos institucionais, como o PDI, o que tem possibilitado uma maior consolidação da Instituição em torno de sua missão, finalidade e implementação de suas políticas institucionais.

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, de monitoria e demais modalidades.

As políticas de ensino estabelecidas no PPI enfatizam a construção coletiva; a interação recíproca com a sociedade; a construção permanente da qualidade de ensino; o fortalecimento do ensino pela sua articulação com a extensão; o desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado, e a unidade entre teoria e prática. Dessa forma, mantém-se um elo conceitual das políticas e diretrizes institucionais postuladas no PPI com os demais documentos que norteiam a vida acadêmica da Instituição. O Projeto Pedagógico da FAREC é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da Instituição, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. Os seus referenciais levaram em consideração os resultados das avaliações internas e externas da Instituição. Articula-se ao PDI uma vez que a Instituição, ao definir em seu PPI os termos da sua política para o ensino superior, tomou como ponto de partida a compreensão de que esta se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais. À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a IES elegeu como prioridade empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional.

A FAREC incorpora aos seus cursos abordagens que busquem: - a construção coletiva expressa na intenção e prática de cada segmento que constitui a Instituição, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e

especificidade; - a interação recíproca com a sociedade caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentáveis, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional; - a construção permanente da qualidade de ensino: entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação. A IES atualiza periodicamente sua organização curricular, de acordo com as orientações do Ministério da Educação, emanadas das diretrizes curriculares nacionais de cada área, e com as novas exigências do mercado de trabalho.

A IES entende que o investimento fomenta a busca de novos parâmetros institucionais na persecução de seus objetivos e finalidades, tanto no ensino quanto na extensão, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de profissionais autônomos com capacidade crítica e criativa diante das circunstâncias que possam encontrar no cotidiano de sua vida profissional.

A extensão deve contribuir para viabilizar a relação transformadora entre a Instituição e a sociedade. As atividades de extensão, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, visam a valorizar e a estimular a criação e a difusão da arte e da cultura, particularmente aquelas patrocinadas pela comunidade, refletindo o potencial da Instituição no contexto social. A concepção de utilizar a extensão como eixo para promover transformações sociais sintetiza as políticas institucionais no que concerne a essas atividades. A extensão possibilita a expansão de oportunidades de crescer o conhecimento, aliando teoria e prática, razão pela qual as diretrizes pedagógicas contidas no PDI e no PPI articulam-se para a necessidade de uma intervenção que favoreça a abrangência e a integração na sociedade, constituindo-se em um espaço privilegiado de formação profissional. As práticas de extensão viabilizam o desenvolvimento de ações voltadas, sobretudo, para as necessidades locais do entorno em que se situa a Instituição, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades prática/teórica e o verdadeiro conhecimento da realidade próxima. As atividades relacionadas à extensão são desenvolvidas em consonância com as políticas e diretrizes alinhadas nos documentos institucionais.

A política institucional para a graduação enfoca a "educação ao longo de toda a vida" e organiza-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser. Focada nessas premissas, a Instituição incorpora aos seus cursos abordagens que busquem a construção coletiva; a interação recíproca com a sociedade; a construção permanente da qualidade de ensino; a integração entre ensino, pesquisa e extensão; o desenvolvimento curricular contextualizado; a busca permanente da unidade teoria e prática. A Instituição implantou todas as práticas previstas para a graduação na modalidade presencial de forma coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais (PDI, PPI, PPC). Nas

atividades práticas, as turmas terão as dimensões recomendadas pelo professor, com a aprovação da coordenação do Curso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação oferecidos pela Instituição são revisados tendo em vista o avanço dos parâmetros educacionais e o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais das áreas dos cursos e ao definido no PDI e no PPI da Instituição. As políticas institucionais para a graduação são operacionalizadas mediante o estímulo às práticas de auto-estudo; ao encorajamento para o desenvolvimento de habilidades e competências adquiridas nos diversos cenários de ensino-aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação; ao fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão; à condução das avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece; à promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados dos cursos que oferece; ao incentivo do trabalho em grupo e à formação de equipes interdisciplinares entre professores e estudantes; ao incentivo e à aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar.

As atividades de extensão da Instituição têm se fortalecido como prática acadêmica e como campo de ação social, nos quais os conhecimentos produzidos na interface faculdade/sociedade (comunidade em geral, empresas e instituições filantrópicas) possibilitam transformações sociais e realimentam o processo ensino-aprendizagem, tornando-se, dessa forma, indispensável à formação do aluno e atualização do professor.

O processo de extensão comunitária possibilita o contato de docentes e estudantes com questões presentes na realidade social e com o cotidiano da ação profissional, tendo como perspectiva as necessidades sociais emergentes. Representa uma forma de reunir e administrar os esforços, os recursos e as atividades para tornar o conhecimento acessível à sociedade, através de programas, projetos e eventos, visando a construir uma sociedade justa e democrática.

As perspectivas das políticas estão pautadas na realização de atividades acadêmicas que contribuam para a valorização do ser humano, viabilizando uma relação transformadora da Instituição com a sociedade. As atividades de extensão indicam à comunidade o valor do ensino superior e o que ele caracteriza como desenvolvimento social, refletindo o potencial da Instituição no contexto social da região. Para garantir este alcance, a FAREC promove palestras de esclarecimento profissional para os alunos da própria IES e de outras Instituições; facilita o processo de cursos de extensão propostos pelo corpo docente (por meio da disponibilização de equipamentos, salas e

materiais necessários e divulgação dos mesmos); realiza eventos na biblioteca com a finalidade de aproximar os alunos e a comunidade da importância da leitura; promove exibição de trabalhos dos alunos e eventos; realiza vestibular solidário, além de outros. Além disso, a IES tem convênios com várias empresas, de diversos ramos, com a finalidade de aumentar as possibilidades dos alunos conhecerem as várias realidades do mercado de trabalho, assim como mantém vínculo com outras Instituições. A forma de operacionalização deste processo é a seguinte: os proponentes das atividades (professores, coordenadores, alunos, etc.) sugerem as suas idéias em um projeto (modelo da Instituição) para a apresentação em reunião de Coordenação. Este projeto contém: título da atividade, natureza, objetivos, justificativa, público-alvo, orçamento, recursos materiais, data e período. Os projetos são analisados em reunião de Coordenação quanto à pertinência com os objetivos dos cursos, do mercado, demanda dos alunos, à contrapartida social. Havendo consenso quanto às propostas na reunião, a Coordenação Pedagógica defere o projeto e dá início aos procedimentos para que se realize. Muitas atividades de extensão são destinadas também ao aproveitamento dos alunos quanto às Atividades Complementares, mediante relatório apresentado sobre o evento e sua análise pelo Coordenador do Curso.

A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como a busca dos caminhos para seu desenvolvimento. Conforme já introduzido, a IES prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, sólidos, que permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos entre outros, a FAREC tem como responsabilidades: atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma; promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições; identificar, na comunidade acadêmica e empresarial, professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição; identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-

graduação; atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; avaliar semestralmente seu próprio desempenho. Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

As políticas implantadas de responsabilidade social referentes à inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória e patrimônio cultural e produção artística estão articuladas de forma coerente com os documentos da Instituição, em especial, com o PPI, o PDI e os PPCs dos seus cursos.

A IES empenha-se em articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia, com o saber popular, e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais visando a: contribuir na formulação, implantação e acompanhamento das políticas públicas nacionais; aproximar as matrizes curriculares dos cursos superiores das necessidades concretas da sociedade; descobrir novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico; experimentar alternativas metodológicas de ensino.

A IES, atendendo ao disposto na legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social. Seus objetivos são: aumentar o número de estudantes afro-descendentes e indígenas matriculados e egressos da IES; propiciar as condições necessárias aos ingressantes para a permanência nos cursos de graduação; incentivar a preparação dos concluintes da graduação pertencentes aos segmentos sociais contemplados com o PROUNI para continuidade de estudos e/ou para o trabalho profissional; reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil; promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais; absorver parte do contingente de migrantes do município e da região nos cursos superiores oferecidos, qualificando e preparando profissionais para o desempenho eficiente de suas funções.

A Instituição, mediante o apoio às iniciativas voltadas ao acesso de estudantes afro-descendentes e indígenas ao ensino superior e ao desenvolvimento de cursos complementares e a elaboração de estratégias para o acompanhamento do desempenho acadêmico deste público em especial, pretende auxiliar no Projeto Nacional de Inclusão Social do Governo Federal. As seguintes ações acadêmico-administrativas estão sendo implantadas para garantir o desenvolvimento destas atividades: a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante, pela produção e difusão de

novos conhecimentos e novas metodologias; a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e interinstitucionais, com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas. Espera-se, assim, impacto social positivo e produtivo, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão destes grupos sociais. O desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento garantirá a ampliação de oportunidades educacionais para afro-descendentes e indígenas, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

As políticas institucionais de Responsabilidade Social foram implantadas de forma articulada entre os documentos PPI, PDI e PPCs dos seus cursos. Com a inserção de componentes curriculares nas Grades de seus cursos, realização e participação de eventos, desenvolvimento de programas e projetos, todos relacionados ao tema de responsabilidade social, a Instituição busca facilitar o seu papel de formação de profissionais competentes e cidadãos de qualidade. Com o poder público, instituições de ensino, ONGs, empresas e associações têm aumentado o número de parceiros para o desenvolvimento de programas e projetos, integrados aos cursos de Graduação e, atendendo a famílias socialmente carentes do município e região.

A IES, orientada por uma visão interdisciplinar, concebe a sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade. Assim, reconhece que todo o conhecimento é igualmente importante, reduzindo a importância do conhecimento individual e ampliando a importância do conhecimento enquanto um conjunto de significados coletivos. Neste sentido, procura a integração do ensino estimulando a extensão por meio de ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação. As atividades de extensão, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, visam valorizar e estimular a difusão da arte e da cultura, particularmente aquelas patrocinadas pela IES, refletindo seu potencial no contexto social e sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e reprodução do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico e garantindo acesso à vivência do saber científico levado a todos os níveis sociais, étnicos e culturais.

A comunicação com a sociedade.

Os canais institucionalizados de comunicação interna estão articulados com os documentos da IES e objetiva verificarem as necessidades, aperfeiçoar o fluxo das informações e democratizar o acesso ao conhecimento, visando à transparência das relações da Instituição com os diversos segmentos internos.

A IES constrói a sua Imagem Institucional baseada na coerência e na permanência de seus preceitos, repassando estes valores por meio dos veículos de comunicação externa citados anteriormente através de jornais, televisão, outdoors, panfletos, e-mail eletrônico, visitas as empresas e instituições de ensino particular e estadual, stand em shoppings, feiras pedagógicas, da região. Além disso, o que se verifica é a construção da Imagem da IES pela atuação e divulgação dos próprios alunos, que entendem a seriedade das suas intenções quanto à qualidade de ensino e confrontam a própria vivência com a vivência que, muitas vezes, eles próprios tiveram em outras instituições de ensino. Temos alunos egressos ocupando postos de trabalho em sua área e os que voltam à Instituição para informar o sucesso obtido e também retiram a nossa instituição para serem aproveitados como professores. Isto é gratificante, pois a comunidade externa começa a codificar esta IES como uma Instituição séria, dedicada ao ensino de qualidade e atualizada com as necessidades do mercado.

A ouvidoria da IES é realizada por canal no site institucional, pela disponibilização de formulários para preenchimento na recepção, secretaria e tesouraria da IES, pelos atendimentos prestados pela Coordenação Pedagógica, pelas Coordenações de Curso, pela Coordenação Geral e pela Diretoria.

A IES disponibiliza em seu site ampla forma de divulgação e informações gerais, desde o vestibular, bem como a existência da secretaria on-line que permite aos alunos o acompanhamento e solicitação de documentos para impressão, como:

- Atestado de Matrícula
- Histórico Escolar
- Extrato de Conta Corrente
- Boleto Online
- Notas e Faltas Bimestrais
- Médias e Exames Finais
- Integralização Curricular

Assim como, a solicitação de serviços, como:

- Alteração de Dados Cadastrais
- Análise curricular
- Atestados Diferenciados
- Conteúdo programático
- Inscrição em Dependência/Adaptação/Antecipação
- Prova Substitutiva
- Retificação de Matrícula via WEB
- Revisão de Exame
- Segunda Via de Carteira Estudantil
- Solicitação para Cursar Disciplinas a Distância
- Trancamento de Disciplinas em DP/AD

Disponibiliza ainda a entrega do manual acadêmico para alunos, professores e funcionários, que contém os procedimentos, regras e o calendário acadêmico da IES.

Possui ainda nos corredores e dentro das salas de aulas, murais de aviso, orientações pertinentes ao curso, eventos específicos, notícias do cotidiano da Faculdade, calendário de provas, entre outros. Existência de murais na sala dos professores, na biblioteca, para que todos tenham acesso à informação de maneira mais ágil.

A comunicação EXTERNA da FAREC é realizada mediante os mais diversos meios de comunicação postos à disposição da sociedade.

O site da instituição www.suafaculdade.com.br ou www.farec-pe.edu.br contém amplas informações tais como: composição da administração; histórico; missão institucional; informações da biblioteca, serviços e regulamento; horário de atendimentos dos setores; informações sobre a Comissão Própria de Avaliação - CPA; informações

sobre o NPJ; Eventos; Regulamento e horários dos laboratórios de Cinésio, anatomia, informática; ações realizadas de responsabilidade social, canais de ouvidoria; informação sobre cada curso de Graduação acerca de seus projetos políticos pedagógicos (informações gerais, portaria de autorização e reconhecimento, objetivos do curso, perfil do egresso, mercado de trabalho, grade curricular, duração do curso); cursos à distância de pós-graduação; serviços on-line (disciplinas on-line e secretaria on-line) que propicia o aluno a ter acesso a inúmeras informações acadêmicas, emissão de boletos, entre outros; calendário acadêmico; orientações para a realização de atividades complementares; disponibiliza a ficha de acompanhamento das atividades.

As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

A IES conta com um plano institucional de qualificação de seu corpo docente que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções exercidas. Um conjunto de critérios esteve presente quando da composição do Plano de Carreira, como titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e permanente processo de atualização.

Destaca-se, ainda dentre os critérios que poderão ser considerados para progressão na carreira, a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

O Plano de Carreira Docente da IES é institucionalizado, encontrando-se protocolado no órgão próprio do Ministério do Trabalho. Os critérios de admissão, progressão na carreira e formas de operacionalização estão citados no documento anexo.

O perfil do corpo técnico obedece aos preceitos dos documentos oficiais da IES, onde são consideradas a titulação, a experiência profissional e a capacitação dos funcionários para cada cargo.

De acordo com o Plano de Carreira Docente, a formação e enquadramento dos docentes na IES estão atrelados. A carreira de Professor de Ensino Superior é constituída por três categorias funcionais, cada uma subdividida em dois níveis, assim denominada:

- I – Professor Titular, subdividida nos níveis I e II;
- II – Professor Adjunto, subdividida nos níveis I e II; e
- III – Professor Assistente, também subdividida nos níveis I e II.

O ingresso na carreira de Docente se dá preferencialmente no nível inicial da respectiva categoria funcional, por meio de processo seletivo, exigindo-se, além do

diploma de curso superior na área de conhecimento em que irá atuar, ou em área afim, os seguintes requisitos:

- I – para Professor Titular: título de Doutor na área em que irá atuar ou em área afim, obtido em curso reconhecido nos termos da Lei;
- II – para Professor Adjunto: título de Mestre na área correspondente ou em área afim, obtido em curso reconhecido nos termos da Lei; e
- III – para Professor Assistente: título de Especialista, obtido nos moldes da legislação específica.

A IES oferece as condições de infra-estrutura e de recursos materiais necessárias para o desenvolvimento das atividades docentes. Além disso, realiza o acompanhamento didático-pedagógico dos professores.

De acordo com sua política de Pós-Graduação, são oferecidos para alguns docentes e técnico-administrativos cursos na modalidade à distância, propiciando à educação continuada, assim como graduação à distância para técnico-administrativos.

O corpo técnico-administrativo da IES é integrado por todos quantos nele exerçam atividades administrativas ou técnicas.

São consideradas atividades próprias do pessoal técnico-administrativo o conjunto de funções destinadas a oferecer suporte operacional às atividades-fim da IES, incluindo aquelas relacionadas com a administração de pessoal, material, patrimonial, finanças, atividades complementares e com a vida escolar.

A contratação de pessoal técnico-administrativo é realizada nos termos da legislação trabalhista em vigor, assegurando-se aos profissionais todos os direitos e vantagens inerentes às funções a serem desempenhadas.

A admissão do pessoal técnico-administrativo é precedida de entrevista ou processo seletivo elaborado pelo setor competente da IES, pelo qual serão avaliadas as reais condições do candidato, sua qualificação profissional, experiência e habilidades para o exercício da função.

Os candidatos selecionados somente são contratados após a apresentação de toda a documentação exigida por lei e exercerão suas funções nos locais de funcionamento do Instituto.

O pessoal técnico-administrativo contratado pela IES está sujeito ao regime de trabalho integral, com 44 horas semanais de trabalho, ou Regime de tempo parcial, com 36 horas semanais de trabalho.

Em função das peculiaridades locais, após a aprovação do departamento competente da IES, poderão ser instituídos regimes de trabalho diversos.

A freqüência diária do pessoal técnico-administrativo é controlada pelo setor responsável da IES, preferencialmente por meio eletrônico, aplicando-se, quanto às ausências e impedimentos, as normas constantes da legislação trabalhista em vigor.

O pessoal técnico-administrativo é contratado na referência inicial constante da tabela de remuneração, fixada pela entidade Mantenedora para o Plano de Cargos e Salários da Instituição.

Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

A instituição possui uma Gestão Institucional com órgãos atuantes, cuja composição e atribuições estão previstas em seu Regimento. Nesta dimensão, a Instituição apresenta sua estrutura de Organização e Gestão com os Órgãos de Administração Superior (Conselho Acadêmico e Direção), Órgãos de Administração Acadêmica (Núcleo Docente Estruturante, Colegiados de Curso e Coordenadorias de Curso) e Órgãos Suplementares (Biblioteca, Secretaria e Administração). O Núcleo Docente Estruturante é responsável para a concepção, políticas e adequações legais dos cursos. Os Colegiados de curso, agora institucionalizados através de alteração regimental, são responsáveis pela coordenação didática de cada curso. As reuniões dos Conselhos e Colegiados são periódicas e estão comprovadas através de atas dos respectivos órgãos. Além desses colegiados, a instituição, visando aprimorar a sua organização e manter uma gestão mais eficiente e eficaz, tem investido no aprimoramento da cultura da avaliação continuada, conforme políticas implantadas com o PDI. Assim, criou outros grupos de gestores por meio de coordenadorias que têm propiciado o exercício da crítica construtiva e levado a Instituição ao aprimoramento contínuo de seus instrumentos de gestão, com revisões das metas estabelecidas, das ações propostas e das estratégias empregadas. Os três segmentos da comunidade têm sido constantemente incentivados a participar da organização e gestão da IES. Os Colegiados Superiores têm valorizado o trabalho desenvolvido pelos diversos grupos constituídos com comissões permanentes, núcleos e setores. Eventos de avaliação são periodicamente realizados (com docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) visando à discussão dos resultados das atividades desenvolvidas com as políticas de ensino e extensão e seu aprimoramento.

A autonomia na instituição é vista como um processo que se constrói nas atividades diárias, pelas atitudes individuais e participação social competente e responsável, no enfrentamento natural dos conflitos e diversidades ideológicas. A liberdade de ouvir e ser ouvido, orientado pela missão, objetivos e diretrizes em nenhum momento vai limitar a criatividade, garantindo a construção social e a autonomia pedagógica. O corpo social na FAREC, com responsabilidade e respeito à sua missão e

aos seus objetivos, tem poder de decisão sobre seu trabalho, devendo sempre avaliar a importância da decisão coletiva, avaliar riscos e resultados, tendo nas instâncias de representação a oportunidade de ser ouvido e considerado. As proposições deverão ter como finalidade a melhoria dos indicadores de eficiência e eficácia da gestão e aplicação dos recursos existentes. Esta avaliação constitui a responsabilidade social da gestão democrática, assegura a legitimidade, credibilidade e a confiança nas ações desenvolvidas. Portanto, a relação com a mantenedora sempre é sustentada e encaminhada pelas decisões trabalhadas e registradas em ata pelos colegiados de curso e pelo conselho acadêmico, quer sejam de caráter administrativo ou pedagógico. Adicionalmente existem canais específicos de conversação dos coordenadores de curso, da coordenação pedagógica e da coordenação geral com a mantenedora para encaminhamento de situações específicas dos cursos e da IES quer sejam na área administrativa ou pedagógica.

O Conselho Acadêmico, órgão máximo de coordenação e assessoramento, normativo, consultivo e deliberativo em matéria didático-científica e administrativa, é constituído: I - pelo Diretor, seu Presidente; II - por um representante da Mantenedora; III - pelos Coordenadores de curso de graduação; IV - pelos Coordenadores de curso de pós-graduação; V - por um representante do corpo docente eleito pelos seus pares; e VI - por um representante do corpo discente eleito pelos seus pares. VII - Pelo coordenador pedagógico. Este conselho reúne-se ordinariamente de dois em dois meses e extraordinariamente quando convocado pelo Diretor, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço dos membros que o constituí. Suas atribuições estão postas no Regimento Geral da IES. Compete ao Conselho Acadêmico: I - manifestar-se sobre o Regimento da IES e suas alterações, submetendo-o aos órgãos competentes do Ministério da Educação para aprovação; II - aprovar o plano anual de atividades da IES e o plano de aplicação dos recursos orçamentários, encaminhados pelo Diretor; III - aprovar, anualmente, o Calendário Escolar; IV - propor a criação, incorporação, fusão, suspensão e extinção de programas, cursos e habilitações, submetendo-as à apreciação da Entidade Mantenedora e posterior aprovação pelo órgão competente do Ministério da Educação. V - decidir, em grau de recurso, os casos apreciados pelo Diretor; VI - aprovar, mediante proposta da Entidade Mantenedora, da Direção da IES ou de membros do próprio Conselho Acadêmico, a concessão de títulos de "Professor Emérito" e de "Professor Honoris Causa"; VII - regulamentar as solenidades de colação de grau e outras promovidas pela IES; VIII - sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da IES, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor; IX - emitir parecer sobre os currículos dos cursos de graduação e alterações propostas pelo Coordenador Pedagógico ou pelos Coordenadores de curso, em consonância com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da

Educação, encaminhando-os à homologação da Mantenedora; X - apreciar o relatório anual da Diretoria, encaminhando-o à Mantenedora; XI - emitir parecer sobre os assuntos suscitados pelo Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Superior, encaminhando-os à Mantenedora; XII - disciplinar, anualmente, a realização do processo seletivo; XIII - decidir sobre aceitação de pedidos de transferência e aproveitamento de estudos; XIV - aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares; XV - opinar sobre acordos e convênios com entidades nacionais e estrangeiras que envolvam os interesses do Instituto, submetendo-os à Mantenedora; e XVI - exercer as demais competências previstas em Lei e no Regimento. A autonomia na IES é vista como um processo que se constrói nas atividades diárias, pelas atitudes individuais e participação social competente e responsável, no enfrentamento natural dos conflitos e diversidades ideológicas. Portanto, a relação com a mantenedora sempre é sustentada e encaminhada pelas decisões trabalhadas e registradas em ata pelo Conselho Acadêmico, quer sejam de caráter administrativo ou pedagógico.

A forma da composição dos Colegiados Superiores e dos Colegiados de Curso consta do Regimento da Instituição. Suas composições contemplam representantes dos coordenadores de curso, do corpo docente (eleitos pelos seus pares), membro do corpo discente (eleito por seus pares), representante da Mantenedora, além do Diretor. Os Colegiados Superiores têm se reunido com certa periodicidade, em função do andamento das políticas estabelecidas. Para as reuniões, os membros têm sido convocados com antecedência, momento em que tomam ciência da Pauta.

Os órgãos colegiados dispõem de autonomia em relação à Mantenedora na tomada de decisões referentes a assuntos ligados à melhoria da qualidade no processo de ensino-aprendizagem, embora haja uma convivência harmônica entre ambos no trato de questões inerentes à IES.

Infra-estrutura física, especialmente biblioteca, recurso de informação e comunicação.

O espaço físico disponível é suficiente e adequado às necessidades atuais da FAREC:

A FAREC atualmente dispõe da seguinte estrutura física:

28 Salas de aula

01 Secretaria Acadêmica

01 Recepção para Secretaria Acadêmica

01 Tesouraria

01 Recepção para Tesouraria

01 Sala de Coordenação Geral

01 Biblioteca
02 Banheiros Masculinos
02 Banheiros Femininos
01 Núcleo de Prática Jurídica com:
01 Recepção - NPJ
01 Sala de Coordenação - NPJ
01 Sala para Estagiários - NPJ
01 Sala de Atendimento - NPJ
01 Sala de Reunião - NPJ
01 Laboratório de Anatomia
02 Laboratório de Informática
01 Sala para Fotocópias
01 Lanchonete
07 Salas de coordenação de cursos
01 Sala de Direção com 01 banheiro
01 Departamento de Pessoal

Infra-estrutura física voltada para PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

As Instalações foram projetadas em cumprimento às exigências da Lei Ministerial nº1.679/99, para atender as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com rampa de acesso, banheiros, bebedouros, e áreas comuns como biblioteca, lazer e de circulação.

A FAREC atualmente dispõe da seguinte estrutura física, no campus 2:

18 Salas de aula
01 Biblioteca
02 Banheiros Masculinos
02 Banheiros Femininos
01 Laboratório de Informática
01 Sala para Fotocópias
01 Lanchonete
02 salas de coordenação de cursos
01 Sala de Direção
01 Sala de Professores

As Instalações foram projetadas em cumprimento às exigências da Lei Ministerial nº1.679/99, para atender as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com rampa de acesso, banheiros, áreas comuns como biblioteca, lazer e de circulação.

A FAREC atualmente dispõe da seguinte estrutura física, no campus 3:

20 Salas de aula
01 Biblioteca
02 Banheiros Masculinos
02 Banheiros Femininos
01 Laboratório de Informática
01 Sala para Fotocópias
01 Lanchonete
02 salas de coordenação de cursos
01 Sala de Direção

A FAREC atualmente dispõe da seguinte estrutura física, no campus 4:

06 Salas de aula
01 Biblioteca
01 Banheiro Masculino
01 Banheiro Feminino
02 Laboratórios de Informática
01 Sala de coordenação de curso
01 Sala de Direção
01 Sala de setor de Marketing
01 Sala dos professores

A FAREC atualmente dispõe da seguinte estrutura física, no campus 4:

22 Salas de aula
01 Auditório
02 Secretarias Acadêmicas
02 Recepções para Secretaria Acadêmica
02 Tesouraria
02 Recepções para Tesouraria
01 Sala de Coordenação Geral
01 Biblioteca com 550m²
03 Banheiros Masculinos
03 Banheiros Femininos
04 Banheiros para PNE
03 Laboratórios de Informática
01 Sala para Fotocópias
01 Lanchonete

07 Salas de Coordenação de Cursos
01 Sala de Direção
01 Departamento de Pessoal
02 Salas de Professores
03 Laboratórios para os Cursos de Saúde;
01 Laboratório para o Curso de Cosméticos

As Instalações foram projetadas em cumprimento às exigências da Lei Ministerial nº1.679/99, para atender as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com rampa de acesso, banheiros, áreas comuns como biblioteca, lazer e de circulação.

Infra-estrutura física voltada para PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão implantadas. Há acesso a serviços de cópia de documentos internamente na instituição (não no espaço físico da biblioteca), empréstimo entre bibliotecas, consulta a bases de dados disponíveis diretamente na instituição. A biblioteca oferece também apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos e orientação de normalização de trabalhos conforme a ABNT, serviço orientado pela bibliotecária.

Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Em cumprimento ao disposto no artigo 11, da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Instituição, por meio de Portaria da Direção Geral, criou a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a composição e as atribuições previstas no texto legal.

Constituída a CPA, foi convocada a Reunião na qual foram estabelecidas as metas a serem cumpridas em consonância com as diretrizes e orientações emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), em particular a elaboração do Projeto de Auto-Avaliação.

No prazo estabelecido pela CONAES e pelo INEP, a Instituição encaminhou para análise sua Proposta de Auto-avaliação, tendo a mesma sido apreciada e a sua implementação recomendada.

Ao final do primeiro ano de atividades da CPA, foi produzido e encaminhado para o endereço cpa@inep.gov.br o primeiro Relatório, obedecendo ao cronograma fixado na Resolução CONAES nº 01/2005 e estruturado conforme as orientações divulgadas pela

CONAES. Os relatórios de Auto-Avaliação referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008 foram anexados ao e-MEC, conforme orientações da Diretoria de Avaliação de Educação Superior – DAES/INEP.

O processo de auto-avaliação da IES ocorreu concomitantemente às avaliações externas, portanto as sugestões e recomendações de especialistas e da CPA somaram-se visando o desenvolvimento da IES. Vale destacar que muitos resultados positivos têm contribuído para aperfeiçoamentos da IES, estes resultados são percebidos não só nos recursos físicos e ligados diretamente aos cursos, mas também no clima institucional de trabalho interno. Entre as melhorias destacamos: aumento no coeficiente de investimentos em infra-estrutura; maior envolvimento dos docentes liderados pela participação ativa dos coordenadores de cursos; maior cobrança da Direção por resultados positivos no Enade; revisão de projetos pedagógicos com vistas ao aprimoramento e atualização da formação obtida nos cursos; modernização de sistemas e maior integração entre os órgãos de gestão e de apoio da IES; mudanças no comportamento de docente e funcionários técnico-administrativos baseado no entendimento da importância de seu trabalho ao bom funcionamento institucional; aumento no número de convênios estabelecidos entre a IES e a comunidade externa, entre outros fatores. Naturalmente há muitos ajustes a serem feitos, construídos dia a dia, de acordo com suas possibilidades, sem incorrer às práticas corporativas e de acordo com os recursos financeiros da Instituição que por sua natureza tem nas mensalidades sua principal fonte de renda.

Políticas de atendimento ao estudante.

As políticas e ações são desenvolvidas de forma coordenada e condensada entre as áreas de administração da IES, sendo resultado da discussão da comunidade e buscando atender, através de uma equação de equilíbrio entre objetivos e possibilidades, as demandas geradas e as expectativas de evolução e melhoria constantes. O atendimento aos estudantes é feito pela coordenação pedagógica e coordenações de curso. Os professores são assessorados quanto aos procedimentos metodológicos diferenciados a serem desenvolvidos para alunos que necessitam de apoio para minimizar suas dificuldades.

Para a consolidação de seus cursos, objetivos institucionais registrados em seu PPI e perseguidos no PDI recomendado pelo MEC, a Instituição demonstra o seu firme propósito de oferecer oportunidades aos seus alunos para uma formação integral (pedagógica, cultural, humanística - integrada à sociedade para a qual está sendo formado) de um profissional competente e um cidadão de qualidade. Assim, promove e organiza atividades extracurriculares tais como: semanas de estudo, seminários,

palestras, jornadas, entre outras. Sempre ligadas às áreas dos cursos oferecidos, essas atividades são constantes e diversificadas e tem o intuito de integrar a comunidade acadêmica e complementar sua formação, além de incentivar a interdisciplinaridade.

A IES pode oferecer apoio à realização de seminários, jornadas e semanas de curso, por meio de divulgação, apoio financeiro, confecção de mídia (banners e cartazes), divulgação em jornais da região e disposição de material e equipamento para os eventos realizados pelos alunos. Apóia também visitas técnicas e disponibiliza as monografias e trabalhos dos alunos na Biblioteca, para consulta. A instituição oferece para os acadêmicos, palestras com profissionais de áreas específicas conforme interesse atual. Tem dado apoio à realização de eventos acadêmicos, culturais, esportivos e à produção de trabalhos e à sua divulgação interna e externamente. As coordenações de curso juntamente com os docentes programam visitas técnicas com os acadêmicos em instituições e empresas de acordo com o objetivo prático contemplado no currículo do curso.

Com políticas articuladas de forma integrada com os documentos PPI e PDI, além dos PPCs dos seus cursos, a instituição implantou uma estrutura organizacional de controle e gestão para os registros acadêmicos de fácil acesso aos estudantes. Esta estrutura contempla, entre outros, setores acadêmico-administrativos e Portal. Também, tem dado apoio à participação em eventos acadêmicos, culturais, esportivos e à apresentação de trabalhos e à sua divulgação. A instituição oferece bolsas de estudos e desenvolve ações de apoio e incentivo à organização da comunidade discente.

Além disso, a IES tem toda a sua documentação à disposição dos alunos, professores e coordenadores. Quanto ao acesso à vida acadêmica, o aluno tem total acesso ao seu histórico, efetivação de matrícula, requerimento de provas substitutivas, trancamento de matrícula e todas as providências que precisar tomar. Estes atendimentos são feitos pela Secretaria e pela Secretaria Online. O manual do aluno é entregue em sala e comentado pelo Coordenador do Curso ou pela Coordenação Pedagógica. A Secretaria é orientada para providenciar os pedidos dos alunos o mais rápido possível, em cumprimento aos prazos estabelecidos.

Para facilitar o acesso e permanência de alunos em seus cursos, a Instituição, além de políticas de ensino, extensão e organização e gestão universitária, implantou uma política de concessão de bolsas de estudo de apoio aos alunos carentes. Este programa tem como objetivos: - possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estudos a alunos de comprovada carência socioeconômica visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional; - incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem pelo engajamento em projetos específicos; - proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando

o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e na comunidade em geral.

Ainda, a Instituição estimula a escolha de representantes de sala que, entre outras atividades e responsabilidades, tem acesso à direção/coordenação para reivindicar, sugerir e manifestar o pensamento da turma nos mais diversos aspectos do processo educativo, além de participar das reuniões bimestrais com a direção e coordenação para discutir assuntos de seu interesse. O corpo discente tem sido constantemente incentivado a participar da organização e gestão da IES, principalmente como componente dos órgãos colegiados.

Tendo como um de seus objetivos a consolidação de seus cursos, a IES tem a consciência da necessidade de não se descuidar das tendências do mercado de trabalho e, em especial, das novas propostas para a educação superior brasileira, em debate nacional. Para tal, uma efetiva aproximação da Instituição com os seus egressos é de fundamental importância. Também procura encaminhar informações profissionais às empresas conveniadas.

Para que a Instituição alcance o sucesso desejado com relação à aproximação dos egressos, serão realizadas, dentre outras ações, eventos e cursos, principalmente no que se refere à educação continuada.

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Planejamento econômico-financeiro apresentado no PDI da Instituição foi elaborado de modo a garantir compatibilidade entre as ações planejadas e os investimentos para sua viabilização, tendo em conta que a prioridade seria a consolidação da Instituição com a implantação dos cursos previstos no conjunto das metas estabelecidas. Assim, algumas despesas, a exemplo da capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, estão distantes do percentual previsto no PDI, enquanto outras relacionadas ao acervo da biblioteca e a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino foram prevalentes nessa fase. Visando assegurar a compatibilidade entre as receitas e os investimentos necessários à implantação do projeto institucional com todos os cursos previstos em seu PDI, a Mantenedora vem aportando, quando necessário, recursos próprios com essa destinação, em complementação à receita oriunda das mensalidades. A composição das mensalidades obedece a uma política que considera a capacidade de comprometimento do orçamento familiar dos alunos e as condições de competitividade regional resultante da oferta de vagas em cursos superiores similares, sem perder de vista seus compromissos com a responsabilidade social. O planejamento econômico-financeiro anual é aprovado e

acompanhado mensalmente pela Mantenedora, de sorte que os resultados obtidos com essa estratégia vêm garantindo o funcionamento sustentado da Instituição e sua expansão.

As mensalidades, principal fonte de recursos da IES, têm seus valores definidos segundo a realidade local, sempre levando em consideração a responsabilidade social da Instituição, que tem entre seus princípios a ampliação da oferta de educação superior aos jovens da região. No plano institucional, observa-se que os resultados dessa política são satisfatórios, tendo em vista o bom nível de investimentos existentes em infra-estrutura e na montagem de um corpo docente e técnico-administrativo condizente com as necessidades da Instituição. A atual situação financeira da Instituição não representa risco para a consecução dos objetivos e da missão aos quais ela se orienta. Naturalmente, há espaço para ajustes e melhorias, mas estes se encontram condicionados a alterações do cenário socioeconômico local e serão implementados conforme apresentarem-se os meios para tanto.

A aplicação dos recursos financeiros no que concerne aos programas de ensino e extensão se dá de forma harmônica com as políticas para esses fins, estabelecidas no PPI e no PDI da Instituição. Assim, têm prioridade os gastos com a implantação dos cursos de graduação e de especialização, e na estruturação das ações de extensão voltadas para o atendimento das principais demandas da comunidade onde a IES está inserida. A fim de dar suporte aos seus programas de ensino e de extensão, a IES investe na expansão e atualização dos recursos de informática, na aquisição de recursos multimídia, na utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação em setores da gestão acadêmica e da biblioteca. Destaca-se, em especial, a Secretaria On-line que permite que os alunos accessem via Internet às informações acadêmicas de seu interesse, na aquisição de licenças de uso de "softwares" e aplicativos eletrônicos diversos, na ampliação do acervo bibliográfico, no estímulo a atividades de campo, no aumento da integração da Instituição com a comunidade por meio da celebração de convênios e parcerias.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Potencialidades:

- Articulação e coerência entre os documentos da instituição (PDI, PPI, Regimento Geral e Estatuto), bem como utilização dos mesmos para a definição e para a efetivação de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

- Coordenadores de cursos presentes e comprometidos.

- Atividades de extensão que mostram fortemente a responsabilidade social da Instituição em ações culturais, integrando teoria e prática e gerando uma intervenção no entorno social;

- Possui um selo oferecido pela AMBES, como Instituição Socialmente Responsável, diante da comprovação de inúmeras ações de responsabilidade social;
 - Possui uma política de educação superior articulada organizadamente a um projeto de sociedade e de educação, intitulado como Projeto Ação Amiga;
 - Possui o projeto FAREC-TI – Faculdade da Cidade de Recife para Terceira Idade, respaldado no Projeto Ação Amiga;
- Possui uma variedade de atividades de responsabilidade social que faz parte do cronograma institucional e da própria cultura da Instituição;
- A infra-estrutura da Instituição é um espaço valorizado, elogiado, onde esta mudança de sede superou as expectativas de toda a comunidade acadêmica; e
 - Recursos tecnológicos e de comunicação em número disponível para atendimento de alunos e professores.

b) Medidas adotadas pela Instituição em função de sugestões apontadas pela CPA:

- Melhora na comunicação interna e aperfeiçoamento na divulgação de informações congruentes, por meio da intensificação de palestras e reuniões, da criação de funções específicas e da informatização de diversos setores;
- Aumento da divulgação das realizações acadêmico-científicas e sociais da IES para a comunidade interna e externa, por meio da intensificação do uso dos espaços no site institucional;
- Melhora no atendimento prestado pelos diversos setores, tanto pelas informatizações implantadas como pelo treinamento mais freqüente dos funcionários.
- Intensificação do acompanhamento das avaliações aplicadas ao corpo discente;
- Ampliação do uso de recursos tecnológicos e bibliográficos de naturezas diversas nas abordagens dos conteúdos;
- Pulverização dos meios de divulgação dos Processos Seletivos afim de aumentar a procura da sociedade aos cursos da FAREC;
- Foi dada como sugestão para divulgação do Processo Seletivo:
 - 1) Mídia em Outbus;
 - 2) Mídias eletrônicas;
 - 3) Mídias em datas comemorativas: Carnaval, São João, Semana Santa, Shows, etc.

c) Necessidades (Fragilidades):

- Maior rigor na correção das avaliações em geral, incluindo também correções ortográficas e formas gramaticais nas redações das respostas;

- Maior conscientização dos alunos sobre a importância dos processos avaliativos internos e externos;
- Maior conscientização dos alunos que os cursos superiores não está ligada apenas no valor pago nas mensalidades e sim na relação proposta pedagógica X mensalidades;
- Intensificação da necessidade do trabalho de monitoria ao corpo discente; e
- Continuidade e aperfeiçoamento da capacitação técnica do corpo técnico-administrativo, a fim de melhorar o atendimento continuamente e, especificamente; da tesouraria;
- Melhoria da estrutura física em geral.

d) Sugestões para o contínuo aprimoramento institucional:

- Enfatização da prática de avaliar as questões discursivas considerando o conteúdo da resposta e a forma gramatical da redação, em todas as disciplinas, com foco no desenvolvimento individual dos alunos;
- Estruturação da avaliação da aprendizagem com questões majoritariamente discursivas, com a participação dos professores envolvidos em cada semestre, desde o primeiro período, de forma a promover a articulação entre os conteúdos das diversas disciplinas, proporcionando aos alunos a visão interdisciplinar dos problemas do cotidiano profissional e um melhor desempenho no trato das questões discursivas;
- Conscientização dos estudantes, por meio de palestras e encontros, sobre a importância de se comprometerem com bons desempenhos nas avaliações de desempenho (internas e externas);
- Incentivo e otimização do uso dos recursos tecnológicos e bibliográficos por meio de estratégias que estimulem o desenvolvimento intelectual independente, por meio do auto-aprendizado;
- Necessidade e criação do sistema de nivelamento on-line (já disponível), como parte das APS para alunos calouros, a fim de uniformizar os conhecimentos; e
- Estímulo da diversificação da formação do aluno com a prática da leitura de temas atuais e a participação em eventos científicos e culturais.